



<http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2024.1.46197>

SEÇÃO: TRADUÇÃO

Liberdade, servidão moral e a influência da vontade na formação do caráter

Liberty, Moral Servitude, and Influence of Will in Formation of Character

Libertad, Servitud Moral, e Influencia de la Voluntad en la Formación del Carácter.

Silvério Becker¹

orcid.org/0000-0002-3449-4876

silverioecker@yahoo.com

Recebido em: 10 maio 2024.

Aprovado em: 30 jun. 2024.

Publicado em: 03 out. 2024.

Resumo: O texto traz uma tradução de três capítulos da obra *Doctrine of the Will*, de Asa Mahan (1845). Neles, Mahan busca mostrar que, ao contrário do que se pode pensar, a doutrina da liberdade não gera um espírito de soberba, de altivez, e de autodependência, mas fomenta o surgimento de um espírito de humildade e dependência da Graça Divina. Para tanto, ele, inicialmente, retoma uma importante distinção entre dois sentidos do termo "liberdade": a liberdade entendida como o "oposto de servidão moral", e a liberdade entendida como o "oposto de necessidade", questão que já havia sido explicada mais detalhadamente nos capítulos anteriores de *Doctrine of the Will*. Nesse contexto, Mahan argumenta que o grande erro de muitos metafísicos na Modernidade foi tomarem a ideia de liberdade da vontade como se ela fosse o oposto de servidão moral, e não como o oposto de necessidade, o que deveriam ter feito para que suas teorias contribuíssem verdadeiramente à compreensão da liberdade como atributo da vontade humana. Além disso, o autor aborda a questão da servidão moral para, na sequência, mostrar que o elemento mais importante na formação do caráter moral das pessoas é o elemento voluntário, e defende que a doutrina da liberdade, no sentido em que ele a apresenta ao longo da obra *Doctrine of the Will*, quando aceita pelas pessoas, tende a gerar nelas um espírito de humildade e dependência da Providência Divina, espírito esse que, segundo ele, está na base da verdadeira piedade e virtude; e a admissão dessa doutrina também destrói o espírito de autodependência, soberba e altivez, ao passo que a doutrina da necessidade tem tendências opostas a essas.

Palavras-chave: Formação do Caráter; Liberdade da Vontade; Necessidade; Servidão Moral.

Abstract: The text introduces a translation of three chapters of the work *Doctrine of the Will*. In them, Asa Mahan pursues to show that, contrary to what one might think, the doctrine of Liberty does not generate a spirit of pride, haughtiness, and self-dependence, but encourages the emergence of a spirit of humility and dependence on Divine Grace. To this end, he initially revisits an important distinction between two meanings of the term liberty: liberty understood as the opposite of Moral Servitude, and freedom understood as the opposite of Necessity, an issue that had already been explained in more detail in the previous chapters of *Doctrine of the Will*. In this context, Mahan argues that the great mistake of many metaphysicians in Modernity was to take the idea of Liberty of the Will as if it were the opposite of Moral Servitude, and not as the opposite of Necessity, as they should have done for their theories to truly contribute for the understanding of Liberty as an attribute of the human will. Furthermore, the author addresses the issue of Moral Servitude to, subsequently, show that the most important element in the formation of people's moral character is the voluntary element, and defends that the doctrine of Liberty, in the sense in which he presents it throughout the tractate *Doctrine of the Will*, when accepted by people, it tends to generate in them a spirit of humility and dependence on Divine Providence, a spirit that, according to him, is the basis of true piety and virtue; and that the admission of this doctrine also destroys the spirit of self-dependence, pride, and haughtiness, whilst the doctrine of Necessity, has tendencies opposite to these.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Professor no Ensino Médio, na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

Keywords: Formation of Character; Liberty of the Will; Necessity; Moral Servitude.

Resumen: El texto trae una traducción de tres capítulos de la obra *Doctrina de la Voluntad*. En ellos, Asa Mahan busca mostrar que, contrariamente a lo que podría pensarse, la doctrina de la Libertad no genera un espíritu de orgullo, altivez y autodependencia, sino que fomenta el surgimiento de un espíritu de humildad y dependencia de la Gracia Divina. Para ello, inicialmente retoma una distinción importante entre dos significados del término libertad: libertad entendida como lo opuesto a la Servidumbre Moral, y libertad entendida como lo opuesto a la Necesidad, cuestión que ya había sido explicada con más detalle en los capítulos anteriores de *Doctrine of the Will*. En este contexto, Mahan sostiene que el gran error de muchos metafísicos de la Modernidad fue tomar la idea de Libertad de Voluntad como si fuera lo opuesto a la Servidumbre Moral, y no como lo opuesto a la Necesidad, como deberían haberlo hecho para que sus teorías contribuyeran verdaderamente a la comprensión de la libertad como atributo de la voluntad humana. Además, el autor aborda el tema de la Servidumbre Moral para, posteriormente, mostrar que el elemento más importante en la formación del carácter moral de las personas es el elemento voluntario, y defiende que la doctrina de la Libertad, en el sentido en que la presenta a lo largo de la obra *Doctrine of the Will*, cuando es aceptada por las personas, tiende a generar en ellas un espíritu de humildad y dependencia de la Divina Providencia, espíritu que, según él, es la base de la verdadera piedad y virtud; y que la admisión de esta doctrina también destruye el espíritu de autodependencia, orgullo y altivez, mientras que la doctrina de la Necesidad tiene tendencias opuestas a éstas.

Palabras clave: formación del carácter; libertad de la voluntad; necesidad; servidumbre moral.

Em 1845, Asa Mahan (1799-1889) publicou *Doctrine of the Will*, um clássico da filosofia ainda sem uma tradução publicada na língua portuguesa. Trata-se de uma obra de grande relevância, na qual importantes problemas filosóficos, teológicos e psicológicos são apresentados e discutidos à luz de uma teoria sobre a vontade humana que pode ajudar na compreensão de diversas questões éticas, e também comportamentais, e que oferece subsídios para a análise crítica das diversas teorias da moralidade conhecidas.

Na referida obra, Mahan apresentou uma interessante classificação das faculdades mentais humanas e, definindo os conceitos de "ne-

cessidade" e de "liberdade", quando referidos à vontade, bem como os limites da liberdade da vontade humana, ele procurou mostrar como os diferentes sistemas de filosofia moral, assim como os diferentes sistemas de teologia, são determinados pela compreensão que se tem acerca das faculdades mentais humanas, principalmente a vontade – que ele defendia ser uma faculdade dotada de liberdade. Nesse contexto, Asa Mahan defendeu algumas de suas ideias acerca da influência da vontade na formação moral dos seres humanos, e acerca do dever ou obrigação moral a que todos os agentes morais estão sujeitos, defendendo que os preceitos da lei moral se referem, diretamente, somente à vontade, controlando-se, através dessa, as demais faculdades humanas². Assim, os seres humanos, como agentes morais, são responsáveis por suas escolhas e, conseqüentemente, pelas ações e pelos estados que delas resultam necessariamente.

Dentre os vários argumentos de grande relevância apresentados em *Doctrine of the Will*, pode-se destacar, por exemplo, a explicação acerca das relações da liberdade da vontade com as crenças, as opiniões, e os julgamentos dos seres humanos apresentados no décimo terceiro capítulo da obra³. Ali, Asa Mahan argumenta que a vontade influencia nossas concepções e julgamentos; colocando-nos como responsáveis por nossos preconceitos e julgamentos errados. Nesse contexto, ele mostra que nossos erros de julgamento não têm origem em nosso intelecto, tampouco em nossos sentidos, pois esses nunca nos enganam, e "os erros em nossas crenças, opiniões, e julgamentos, quando existem, têm sua origem em assunções realizadas indevidamente pelo próprio agente moral – assunções da Vontade – através do uso que este faz de sua liberdade" (Becker, 2022, p. 530). Assim, Mahan mostra, de modo suficientemente claro, que não

² Para saber mais sobre essa questão, cf. BECKER, Silvério. *A Obrigação é predicável somente da Vontade*. Veritas, Porto Alegre, v. 67, n. 1, p. e41195, 2022. DOI: 10.15448/1984-6746.2022.1.41195. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/41195>. Acesso em: 16 jun. 2024.

³ Uma tradução desse capítulo encontra-se publicada na *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea* da Universidade Federal de Brasília. Cf. BECKER, Silvério. "A influência da vontade nos julgamentos intelectuais" de Asa Mahan. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 529-538, 2022. DOI: 10.26512/rfmc.v10i1.36198. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/36198>. Acesso em: 16 jun. 2024.

existem razões para duvidarmos dos nossos sentidos e nem das afirmações da nossa inteligência, pois essas faculdades são faculdades passivas da mente humana.

O texto a seguir é uma tradução de três capítulos da obra *Doctrine of the Will*. Neles, Asa Mahan (1845) busca mostrar que, ao contrário do que se pode pensar, a doutrina da liberdade não gera um espírito de soberba, de altivez e de autodependência, mas fomenta o surgimento de um espírito de humildade e dependência da Graça Divina. Para tanto, ele, inicialmente, retoma uma distinção, importantíssima para a filosofia moral, entre dois sentidos do termo "liberdade": a liberdade entendida como o "oposto de servidão moral", e a liberdade entendida como o "oposto de necessidade", questão que já havia sido explicada mais detalhadamente nos capítulos anteriores de *Doctrine of the Will*. Nesse contexto, Mahan argumenta que o grande erro de muitos metafísicos na Modernidade foi tomarem a ideia de liberdade da vontade como se ela fosse o oposto de servidão moral, e não como o oposto de necessidade, o que deveriam ter feito para que suas teorias contribuíssem verdadeiramente à compreensão da liberdade como atributo da vontade humana. Além disso, o autor aborda a questão da servidão moral para, na sequência, mostrar que o elemento mais importante na formação do caráter moral das pessoas é o elemento voluntário, e defende que a doutrina da liberdade, no sentido em que ele a apresenta ao longo da obra *Doctrine of the Will*, quando aceita pelas pessoas, tende a gerar nelas um espírito de humildade e dependência da Providência Divina – espírito esse que, segundo ele, está na base da verdadeira piedade e virtude; e a admissão dessa doutrina também destrói o espírito de autodependência, soberba, e altivez, ao passo que a doutrina da necessidade tem tendências opostas a essas.

Ao defender que o elemento voluntário é decisivo na formação do caráter moral, Mahan argumenta que essa é a única forma consistente de se explicar a existência e a formação das peculiaridades manifestadas no caráter individual,

social, e nacional das pessoas. Conforme ele, se considerarmos apenas as propensões naturais, as circunstâncias e as influências sob as quais essas propensões são desenvolvidas e controladas, as peculiaridades do desenvolvimento mental e moral, dos indivíduos e da humanidade em geral, permanecem sem explicação, ou recebem uma explicação equivocada, pois os seres humanos não possuem apenas faculdades cuja ação é baseada na Lei da Necessidade – como é o caso da inteligência e da sensibilidade –, mas possuem também uma faculdade que não está sujeita a essa lei, porém desfruta da Lei da Liberdade, a saber, a Vontade.

Entusiasta, mas também crítico, da filosofia de Immanuel Kant (1724-1804), Mahan possui uma vasta obra de filosofia e também foi autor de importantes obras de teologia. Durante sua vida, fundou e dirigiu várias universidades; dentre elas, o Oberlin College, onde foi presidente e professor de filosofia de 1835 até 1850; o Adrian College, que presidiu entre 1858 e 1873; e a Cleveland University, na qual foi presidente e professor entre 1850 e 1872.

É digno de nota que, na condição de reitor do Oberlin College, Mahan foi um dos primeiros homens na história, se não o primeiro, a permitir que pessoas de pele negra (em 1835) e também mulheres (em 1837) cursassem disciplinas em uma universidade. Ele se empenhou para que as pessoas fossem tratadas com igualdade, lutou pelo fim da escravidão humana, e pelo respeito às mulheres. Estranhamente, ele não costuma ser mencionado nas datas alusivas à igualdade de raças e de gêneros, tampouco pelos defensores hodiernos dessas ideias. As ações de Mahan certamente contribuíram para que, depois, Charles Grandison Finney (1792-1875), que o sucedeu na presidência daquela instituição, aceitasse que qualquer pessoa, independentemente de gênero ou etnia, pudesse fazer um curso universitário completo.

É difícil dizer até que ponto a filosofia de Mahan teve influência significativa no pensamento de Finney, cujo trabalho e escritos modificaram significativamente a cultura da época, princi-

palmente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, no que se refere aos princípios cristãos, e contribuíram grandemente para o fim da escravidão legal em todo o Ocidente. Embora os dois discordassem acerca dos fundamentos da moralidade, nos escritos de ambos sobre Filosofia da Mente e Epistemologia o pensamento é similar. Como eles trabalharam e conviveram juntos no Oberlin College, e tinham os mesmos interesses de pesquisa, é plausível acreditar-se que Mahan tenha colaborado, ainda que indiretamente, para que a obra de Charles Grandison Finney se tornasse tão importante e introduzisse mudanças tão significativas que refletem até hoje em boa parte do mundo.

Há alguns anos, venho trabalhando, como pesquisador autônomo, em uma pesquisa sobre o pensamento de Mahan, com o intuito de colocar à disposição dos pesquisadores acadêmicos de filosofia, e não só de filosofia, no Brasil, textos em português daquele que considero ser um dos mais importantes filósofos de todos os tempos. Na extensa obra de filosofia de Mahan, encontram-se contribuições muito relevantes, não apenas no campo da Ética, mas também no da Lógica e, principalmente, no da Epistemologia. Nos últimos anos, algumas traduções que fiz de textos de Asa Mahan para a língua portuguesa têm sido publicadas em importantes revistas acadêmicas de filosofia no Brasil; contudo, as principais obras desse autor [*Science of Moral Philosophy* (1848), *A System of Intellectual Philosophy* (1854), *The Science of Logic; or an Analysis of the Law of Thought* (1857), *The System of Mental Philosophy* (1882), *A Critical History of Philosophy* (1883), etc.] ainda são pouco conhecidas por aqui. A publicação de mais um texto de Mahan em uma das mais importantes revistas acadêmicas de filosofia do Brasil pode chamar a atenção de estudantes de filosofia, de teologia e também de

psicologia para a importância do pensamento desse filósofo, e também para a *filosofia realista*, cujos fundamentos eram por ele defendidos⁴.

LIBERDADE, SERVIDÃO MORAL E A INFLUÊNCIA DA VONTADE NA FORMAÇÃO DO CARÁTER⁵

Asa Mahan

1 LIBERDADE E SERVIDÃO

A liberdade da vontade como o oposto de servidão moral

Existem, entre outros, dois sentidos do termo "liberdade", que precisam ser distinguidos um do outro cuidadosamente. No primeiro sentido, ela é colocada como oposta à necessidade; no segundo, como oposta ao que é denominado servidão moral. É no último sentido que eu proponho considerar o assunto no presente capítulo. O que é, então, a liberdade como o oposto à servidão moral? *É aquele estado no qual a ação da vontade está em harmonia com a lei moral, com a ideia de correto, de justo, de verdadeiro e de bom, enquanto todas as propensões são mantidas em perfeita subordinação – um estado no qual a mente pode propor obediência à lei do correto com a esperança racional de levar essa determinação ao seu cumprimento.* Toda a humanidade concorda em denominar este estado como liberdade moral. O indivíduo que o tem alcançado não está em servidão a alguma propensão, qualquer que seja. Ele "governa seu próprio espírito"⁶. Ele é o mestre de si mesmo. Ele propõe o bem, e ele o executa. Ele resolve se opor ao mal, e ele o evita. "Maior é esse homem do que aquele que toma uma cidade"⁷, diz a máxima da sabedoria antiga.

A servidão moral, por outro lado, *é um estado no qual a vontade está tão capturada pela sensibi-*

⁴ Para saber um pouco mais sobre a importância de Mahan nas áreas citadas, cf. BECKER, Silvério. Filosofia da Mente: métodos de pesquisa. In: ALMEIDA, F. A. (org.). *Filosofia: os desafios do pensar*. v. 3. Guarujá: Científica Digital, 2023. p. 24-35.

⁵ *Liberdade, servidão moral e a influência da vontade na formação do caráter* (título inserido pelo Tradutor) é a tradução do décimo quarto (*Liberty and Servitude*), do décimo quinto (*Liberty and Dependence*) e do décimo sexto (*Formation of Character*) capítulos da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: R. E. Gillet, 1845. Os três capítulos estão sendo publicados juntos pois versam sobre e são uma continuidade do mesmo assunto. Para a presente tradução, o texto de referência utilizado foi: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: R. E. Gillet, 1845. p. 194-209. O texto é de domínio público.

⁶ Alusão a Pr 25,28 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

⁷ Alusão a Pr 16,32 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

lidade, tão habituada a sujeitar-se às propensões, que ela tem perdido a prerrogativa de autocontrole, de modo que ela não pode decidir agir em direção à lei do correto, com alguma expectativa racional de manter essa resolução. O indivíduo que está nessa condição "conhece o bem, e o aprova, mas segue o mal". "O bem que ele deveria fazer (propositar fazer), ele não faz, mas o mal que ele deveria não fazer (propositar não fazer), esse ele faz"⁸. Todos os homens concordam em denominar esse estado de servidão moral. De qualquer indivíduo que é manifestadamente governado pelo apetite, ou por alguma outra propensão, é dito, por assentimento comum, que ele é escravo em relação às suas propensões.

A razão pela qual o primeiro estado é denominado liberdade, e o segundo, servidão, é óbvia. A liberdade, como oposta à servidão, é universalmente considerada como um bem em si mesma. Como tal, ela é desejada e escolhida. A servidão, por outro lado, é algo a que até se pode submeter-se como o menor de dois males, no entanto, ela nunca pode ser desejada e escolhida, como um bem em si mesma. Todo homem que está em um estado de servidão se encontra, assim, em um sentido primordial, contra a sua vontade. O *estado* no qual ele está é considerado em si mesmo o maior dos males, excetuando-se aqueles que surgiriam de uma tentativa vã de vindicação de liberdade pessoal.

O mesmo princípio permanece verdadeiro em relação à liberdade e à servidão moral. Quando algum indivíduo contempla a ideia do poder voluntário elevando-se ao completo domínio sobre os impulsos de toda espécie, e agindo em sublime harmonia com a pura e perfeita lei da retidão, conforme revelada na inteligência, qualquer um considera esse como o estado, entre todos os outros, a ser mais desejado e escolhido como um bem em si mesmo. Entrar nesse estado, e permanecer nele, é, portanto, considerado como a realização da ideia de liberdade no melhor e mais elevado sentido do termo. Por outro lado,

a sujeição ao impulso, em oposição aos ditames puros da inteligência, perdendo a elevada prerrogativa de "governar nossos próprios espíritos", é considerada por todos os homens como sendo em si mesmo o estado mais abjeto, e o menos desejado concebível. O indivíduo que se encontra nele não pode deixar de desprezar a sua própria imagem. Ele, por necessidade, aborrece e repugna a si mesmo. Ainda assim, ele se submete à autodegradação em vez de aguentar a dor e o esforço da autoemancipação. Nenhum termo, além de "servidão", junto com outros de significado semelhante, expressa a verdadeira concepção desse estado. Nenhum homem está em um estado de servidão moral por escolha – isto é, pela escolha desse estado como um bem em si mesmo. Ele considera esse *estado* como um mal em si mesmo. Se, no exercício da escolha livre, ele está em tal situação, é porque se submete à autodegradação em vez de reivindicar seu direito à liberdade.

OBSERVAÇÕES

O erro dos metafísicos alemães

1. Notamos um proeminente e importante erro comum aos metafísicos, especialmente à Escola Alemã, em seus Tratados sobre a Vontade. A liberdade da vontade para eles é a liberdade como distinta da servidão moral, e não como distinta da necessidade. Por consequência, muito pouca luz é lançada sobre a grande ideia de liberdade, que se encontra no fundamento da ideia de obrigação moral, a saber; a liberdade como distinta da necessidade. "Uma Vontade livre", disse Kant, "e uma Vontade sujeitada à lei moral, são uma e idênticas"⁹. Um erro mais capital do que esse não é encontrado frequentemente em filosofia.

Servidão moral da raça humana

2. A Bíblia afirma que todos os homens estão no estado de servidão moral ora descrito, até

⁸ Cf. Rm 7:19 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

⁹ Cf. KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. ed. bilingue. Trad. Guido Antonio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009 [1785]. p. 349 (GMS: Ak 4, p. 447) (Nota do tradutor).

que eles sejam emancipados pela influência do Sistema Remediador nela revelado – uma verdade afirmada por todo homem que a experimenta em si mesmo, e pelo conjunto inteiro dos fatos que a história da humanidade apresenta. Qual é o indivíduo que, sem a ajuda de uma influência externa a si mesmo, conseguiu atingir o domínio sobre seu próprio espírito? Qual é o indivíduo que, sem tal influência, pode resolver agir em harmonia com a lei da pura benevolência, com alguma esperança racional de sucesso? Atender a essa grande falta da natureza humana, providenciar uma influência adequada para sua redenção, daquilo que as Escrituras, com grande propriedade, denominam a "escravidão da corrupção"¹⁰, é um designio fundamental do Sistema Remediador.

2 LIBERDADE E DEPENDÊNCIA

Uma impressão comum

Existe uma impressão muito comum – comum entre aqueles que defendem a doutrina da necessidade – de que a doutrina da liberdade, conforme sustentada no presente Tratado, na realidade, torna o homem, nos mais importantes aspectos, independente de seu Criador e, portanto, tende a induzir na mente aquele espírito de independência arrogante que é totalmente oposto e antagonista àquele espírito de humildade e de dependência que está na base de toda a verdadeira piedade e virtude. Se essa fosse a real tendência dessa doutrina, isso certamente constituiria uma importante objeção contra ela. Se, por outro lado, encontramos na natureza dessa doutrina elementos totalmente destrutivos do espírito de soberba e autoconfiança, e tendendo mais fortemente a induzir o espírito oposto – um espírito de humildade e de dependência da graça proferida no Sistema Corretivo¹¹; e se, também, encontrarmos na doutrina da

necessidade, em muitas características fundamentais, carência dessas tendências benígnas, temos, em tal caso, a evidência mais forte em favor da primeira doutrina, e contra a última. O objeto do presente capítulo, portanto, é *elucidar a tendência da doutrina da liberdade em destruir o espírito de soberba, altivez e autodependência, e induzir o espírito de humildade e de dependência da Graça Divina.*

Definição de espírito de dependência

Antes de proceder diretamente ao argumento dessa questão, precisamos assentar definitivamente o significado da expressão "espírito de obediência". A "convicção" de nossa dependência é uma coisa; o "espírito" de dependência é totalmente outra. O que é esse espírito? No exercício desse espírito, a mente *permanece em dependência voluntária da Graça de Deus*. O coração é colocado totalmente para fazer o que é correto, e evitar o errado, enquanto a mente está no exercício voluntário de confiar em Deus haja vista a "graça pela qual podemos servi-lo aceitavelmente"¹². O espírito de dependência, então, implica obediência realmente instaurada. A questão é, a crença na doutrina da liberdade tende intrinsecamente a induzir esse espírito? Em relação a isso, ela é inteiramente superior à doutrina da necessidade?

A doutrina da necessidade não tende a induzir o espírito de dependência

1. Para realização do meu objetivo, primeiro considerarei a tendência da doutrina da necessidade em relação a isso. Vamos supor que um indivíduo se encontre sob tendências que o induzem ao pecado, o que conseqüentemente, se essa doutrina é verdadeira, torna impossível para ele, sem a interposição do Poder Divino, não pecar. Uma consideração de sua condição,

¹⁰ Cf. Rm 8,21 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

¹¹ Mahan denomina o *Evangelho* de Sistema Corretivo ou Sistema Remediador. A ideia é que, através do Evangelho, o Criador do universo oferece uma anistia a todas as pessoas que viviam ou vivem em desacordo com a lei moral (a lei de Deus *escrita* no entendimento de todo agente moral). Assim, quem crer, ou seja, quem aceitar essa mensagem como verdadeira e deixar seu estado de pecado ou de rebelião contra o Criador (estado de desobediência à lei moral), e voltar a viver em retidão, isto é, a viver de acordo com a verdade e a justiça, é aceito de volta no reino do Criador (o reino da retidão moral), e todos os seus erros passados são perdoados (Nota do tradutor).

¹² Alusão a Hb 12,28 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

tende a *convencê-lo*, isto é, a induzir a convicção intelectual de sua dependência da Graça Divina. Mas a *convicção* intelectual de nossa dependência, como mostrado anteriormente, é uma coisa. O *espírito* de dependência, que, como ali foi apresentado, consiste em realmente confiar no Altíssimo pela graça para fazer o que ele requer, e implica real obediência já começada, é inteiramente outra coisa. Ora, a doutrina da necessidade tem uma tendência de produzir essa *convicção*, mas não para induzir o *espírito* de obediência: enquanto que, com essa *convicção*, ela produz outra, igualmente forte, a saber, que a criatura, sem a interposição Divina, não exercerá, nem poderá exercer, o *espírito* de dependência. Ao produzir essa *convicção*, de que sob as influências presentes o sujeito não exercita e nem pode exercitar esse espírito, essa doutrina tende exclusivamente à aniquilação desse espírito.

Quando um indivíduo está em estado de real obediência, a tendência dessa doutrina sobre ele não é melhor; visto que ela produz a *convicção* de que, quando a influência Divina, independentemente de nós mesmos, produz em nós um espírito de dependência, nós podemos e precisamos exercê-lo; e que, enquanto ela não produz tal espírito, nós não o exerceremos e nem podemos exercê-lo. Onde está a tendência de induzir um espírito de dependência em tal *convicção*? De acordo com a doutrina da necessidade, nada além de uma real interposição da Graça Divina tem alguma tendência a induzir o espírito de dependência. A *crença* nessa doutrina não tem qualquer tendência assim. O grande erro do necessarista, aqui, consiste na assunção de que, porque sua *doutrina tem uma manifesta tendência a produzir a convicção de dependência, ela tem uma tendência igualmente manifesta de produzir o espírito de dependência*; quando, de fato, ela não tem nenhuma tendência desse tipo.

2. Vamos agora contemplar as tendências intrínsecas da doutrina da liberdade a induzir o espírito de humildade e dependência. Qualquer um verá, de imediato, que a consciência da liberdade não pode ser, ela mesma, o fundamento

da dependência, em relação a ação, em favor do correto e em oposição ao errado: a possessão dessa liberdade, à medida que concerne a esse poder em si mesmo, deixa-nos, todas as vezes, igualmente responsáveis por fazer uma coisa, ou outra. Como pode uma responsabilidade igual por dois cursos, distintos e opostos, ser um fundamento de certeza de que nós devemos escolher um ao invés do outro? Assim, a consciência da liberdade tende direta e intrinsecamente para a aniquilação do espírito de autodependência.

Vamos agora contemplar nossa relação com o Altíssimo. Ele sabe perfeitamente em que direção nós, em nossa autodeterminação, exerceremos nossos poderes sob qualquer influência e sistema de influências exercido sobre nós. Está também em poder dele sujeitar-nos a qualquer sistema de influências que lhe agradar. Ele nos tem revelado a grande verdade, de que se, no exercício do espírito de dependência, nós confiarmos Nele pela graça para fazer o bem que Ele requer que façamos e evitar o mal que Ele requer que evitemos, Ele nos sujeitará a uma influência Divina, que nos manterá para sempre em um caminho, e em oposição ao outro. A *convicção*, portanto, que surge com distinção plena e perfeita na mente é a de que, no exercício do espírito de dependência, a ação em todo o tempo futuro, em direção à pureza e à bem-aventurança, está assegurada; e, na ausência desse espírito, a ação na direção oposta é igualmente certa. Na crença na doutrina da liberdade, outra verdade se torna uma realidade onipresente em nossas mentes, a de que o *exercício* desse espírito, que desse modo torna nossa "chamada e eleição segura"¹³, é, em todas as vezes, praticável para nós. Qual é, então, a tendência exclusiva dessa doutrina? Destruir o espírito de autodependência, por um lado, e, por outro, induzir o exercício do espírito oposto. A doutrina da necessidade revela o *fato* da dependência, mas destrói o *espírito*, pela produção da *convicção* aniquiladora de que nós não exerceremos e nem poderemos exercer esse espírito até que Deus, em suas dispensações soberanas, sujeite-nos a uma influência que torne

¹³ Alusão a 2 Pe 1,10 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

impossível para nós não o exercer. A doutrina da liberdade revela, com igual distinção, o *fato* da dependência; e, então, enquanto produz a convicção sagrada da perfeita praticabilidade do exercício do *espírito* de dependência, apresenta motivos infinitamente fortes não apenas para nos induzir ao seu exercício, mas para limpar totalmente a mente de tudo o que se opõe a ele.

Deus controla todas as influências sob as quais as criaturas agem

3. Enquanto a existência e a continuidade de nossos poderes de agência moral dependem totalmente da vontade Divina, e enquanto o Altíssimo sabe, com inteira certeza, em que direção nós exerceremos nossos poderes, sob qualquer influência, e em qualquer sistema de influências colocado sobre nós, todas essas influências estão inteiramente à sua disposição. Que tendência têm essas convicções, juntamente com a consciência de liberdade, e a capacidade para exercer, ou para não exercer, o espírito de dependência, além de induzir-nos, no exercício desse espírito, a lançar todo o nosso ser na petição "não nos deixe na tentação, mas livra-nos do mal"¹⁴? Se Deus sabe perfeitamente sob quais influências a ação em nós será na direção do correto, ou do errado, e mantém todas essas influências em seu próprio controle, que atitude nos convém na presença do "Alto e Sublime"¹⁵, além da dependência e oração?

Dependência por conta da servidão moral da vontade

4. Finalmente, a consciência de um estado moral de servidão, juntamente com a convicção de que, no exercício do espírito de dependência, nós podemos ascender para a "gloriosa liberdade dos filhos de Deus"¹⁶ e de que, na ausência desse espírito, nossa servidão moral é perfeitamente certa; tudo isso, juntamente com a convicção que a crença na doutrina da liberdade induz (a saber: que o exercício do espírito de dependência

é sempre praticável para nós), tende somente a um resultado: induzir o exercício desse espírito, e aniquilação total do espírito oposto.

Portanto, enquanto a doutrina da liberdade santifica, na mente, o sentimento de obrigação de fazer o correto e evitar o errado, um sentimento que a doutrina da necessidade tende a aniquilar, o primeiro (um efeito que o último não pode produzir) tende somente para a aniquilação do espírito de altivez e autoconfiança, e induz aquele espírito de dependência filial que clama "Abba, Pai!"¹⁷.

3 A FORMAÇÃO DO CARÁTER

Elementos da vontade na formação do caráter

Como, normalmente, o caráter é considerado

Na explicação para a existência e a formação das peculiaridades do caráter, individual, social e nacional, comumente apenas dois elementos são tomados em consideração: as *propensões naturais*, e as *circunstâncias e influências* sob as quais essas propensões são desenvolvidas e controladas. A doutrina da necessidade não nos permite tomar mais nada em consideração. Indubitavelmente, esses elementos têm uma eficácia muito grande na determinação do caráter. Mas, em muitos casos, na explicação das peculiaridades de caráter, conforme elas existem ao nosso redor, nos indivíduos, nas comunidades, e nas nações, algo mais precisa ser tomado em consideração.

O elemento voluntário precisa ser levado em consideração

Na vasta maioria dos casos, contudo, outro elemento, totalmente diferente, o elemento voluntário, ou a vontade, precisa ser tomado em conta, ou nos encontraremos inteiramente ina-

¹⁴ Alusão a Mt 6,13 e Lc 11,14 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

¹⁵ Alusão a Is 57,15 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

¹⁶ Alusão a Rm 8,21 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

¹⁷ Alusão a Mc 14,13; Rm 8,15; Gl 4,6 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).

bilitados para considerar as peculiaridades do desenvolvimento mental e moral, visíveis em todos os lugares ao nosso redor. É uma antiga máxima a de que "todo homem é o árbitro do seu próprio destino". Assim como o caráter determina o destino, a vontade determina o caráter; e o homem é o árbitro do seu próprio caráter. O elemento da Vontade Livre, portanto, precisa ser levado em conta se quisermos considerar, adequadamente, as peculiaridades de caráter que a história individual, social e nacional da raça humana apresenta. Mesmo onde os desenvolvimentos mentais e morais são conforme as propensões e influências externas, o elemento voluntário precisa ser computado se quisermos explicar os fatos como eles existem. Na maioria dos casos, contudo, se os dois elementos sob consideração, e apenas esses, forem tomados em conta, encontraremos nossas conclusões muito distantes da verdade.

Um exemplo como ilustração

Tomarei um exemplo como ilustração dessas observações, um caso com o qual eu me tornei tão familiarizado que me sinto perfeitamente seguro em atestar a verdade das declarações que estou prestes a fazer. Eu conheci um menino¹⁸ que, até a idade de dez ou doze anos, esteve sob a influência de um temperamento extremamente ingovernável – um temperamento fácil e rapidamente excitável, e que, quando excitado, o tornava completamente desesperado. Raramente, ou nunca, ele soube ceder em um conflito, por mais superior em força que seu antagonista pudesse ser. A morte era sempre, deliberadamente, preferida à submissão. Durante esse período, ele usualmente refletia sobre sua condição, e frequentemente desejava que ela fosse diferente. Ainda assim, com deliberação melancólica, ele costumava dizer a si mesmo: "eu nunca poderei e eu nunca subjugarei esse temperamento". No final desse período, enquanto ele refletia novamente sobre o assunto, colocou em sua mente, com perfeita firmeza de propósi-

to, que nunca mais cederia ao controle daquele temperamento. A vontade ergueu-se na majestade de seu poder, e assumiu o reino do governo próprio, no assunto sob consideração. A partir desse momento, aquele temperamento quase nunca obteve o controle da criança, mesmo sob as maiores provocações. O resultado foi uma revolução total dos desenvolvimentos mentais. Posteriormente, ele se tornou tão distinto pela amabilidade natural e pelo autocontrole, em relação ao seu temperamento, quanto havia sido antes pelo espírito oposto. Essa revolução total ocorreu a partir de meras considerações prudenciais, sem qualquer consideração com a obrigação moral.

Agora, suponha que tentemos explicar esses desenvolvimentos de caráter, distintos e opostos – desenvolvimentos manifestados pelo mesmo indivíduo, nesses dois períodos –, por uma referência exclusiva às propensões e às influências externas. Que explicação totalmente inadequada e falsa dos fatos apresentados daríamos! Esse indivíduo é tão consciente de que foi o elemento da Vontade Livre que produziu tal revolução, e que, quando ele formou a determinação que resultou nessa revolução, ele poderia ter determinado diferentemente, quanto ele é, ou sempre foi, de outro estado mental, qualquer que seja. Todos os fatos, conforme estão diante de nós, também indicam claramente que, se deixarmos de fora a questão do elemento voluntário, esses fatos precisam permanecer completamente inexplicados, ou uma explicação totalmente errada deles precisa ser dada.

O mesmo princípio permanece verdadeiro em todos os casos. Embora as propensões naturais e as influências externas *modifiquem* grandemente os desenvolvimentos mentais, ainda assim, as *distintas* peculiaridades do caráter, em todos os casos, recebem sua forma e o colorido da ação do poder voluntário. Isso é verdade em relação às peculiaridades do caráter exibidas não somente pelos indivíduos, mas pelas comunidades e nações. Nós nunca podemos explicar os fatos como eles são, até contemplarmos o homem

¹⁸ O referido menino é o próprio Mahan (Nota do tradutor).

não como possuidor somente de inteligência e sensibilidade, mas também de Vontade Livre. Todos os poderes e as susceptibilidades precisam ser tomados em consideração se a humanidade quiser conhecer o ser humano como ele é.

Diversidades de caráter

Umhas poucas e importantes definições encerrarão este capítulo.

Onde a vontade age em harmonia com propensões fortemente desenvolvidas, existe um caráter *determinado*. Quando várias propensões desse tipo existem, a ação e, conseqüentemente, o caráter podem ser mutáveis, e ainda assim decisivos.

Quando a vontade atua constantemente em harmonia com alguma propensão manifestada, o resultado é *unidade e decisão* de caráter.

O caráter é *flutuante e mutável* quando a vontade se rende ao controle de diferentes propensões, cada uma fácil e grandemente excitada na presença dos objetos pertinentes, mas a excitação é somente temporária. Assim, diferentes propensões em rápida sucessão revezam-se no controle da vontade.

Quando a vontade age uniformemente sob a influência do princípio do *temor* e da *cautela*, o resultado é *indecisão e fraqueza* de caráter. Para uma mente assim, existe sempre "um leão no caminho"¹⁹, especialmente em todos os empreendimentos importantes. Essa mente, portanto, está continuamente em estado de aflitiva indecisão quando uma ação enérgica é necessária para o sucesso.

Referências

BECKER, Silvério. "A influência da vontade nos julgamentos Intelectuais" de Asa Mahan. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 10, n. 1, Brasília, p. 529-538, 2022.

BECKER, Silvério. A Obrigação é predicável somente da Vontade. *Veritas*, Porto Alegre, v. 67, n. 1, jun. 2024.

BECKER, Silvério. Filosofia da Mente: métodos de pesquisa. In: ALMEIDA, Flávio A. (org.). *Filosofia: os desafios do pensar*. v. 3. Guarujá: Científica Digital, 2023. p. 23-34.

BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. ed. bilingue. Trad. Guido Antonio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009 [1785].

MAHAN, Asa. *A Critical History of Philosophy*. Fenwick: Richard M. Friedrich, 2002 [1883].

MAHAN, Asa. *A System of Intellectual Philosophy*. Fenwick: Richard M. Friedrich, 2005 [1854].

MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: R. E. Gille, 1845.

MAHAN, Asa. *Science of Moral Philosophy*. Oberlin: James M. Fitch, 1848 [1882].

MAHAN, Asa. *The science of logic; or, an analysis of the laws of thought*. Fenwick: Richard M. Friedrich, 2005 [1857].

MAHAN, Asa. *The System of Mental Philosophy*. 3. ed. Chicago: S. C. Grings and Company, 1885.

Silvério Becker

Bacharel em filosofia, licenciado em pedagogia, licenciado em filosofia, mestre em educação e doutor em filosofia. Dedicar-se, no âmbito do ensino e da pesquisa, principalmente aos seguintes temas: Ética, Filosofia da Mente, Teologia, Filosofia da Educação, Didática.

Endereço para correspondência

SILVÉRIO BECKER

Rua José Wilson Francisco, 74

Forquilha, São José, Santa Catarina, Brasil

CEP: 88106-517

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.

¹⁹ Alusão a Pr 26,13 (Bíblia [...], 2022) (Nota do tradutor).